

DEIXAI-OS CRESCER JUNTOS ATÉ A COLHEITA **(MATEUS 13,30)**

Sandro Gallazzi

Algumas parábolas do evangelho de Mateus falam de reis, de grandes fazendeiros, donos de terras e empregadores de muita gente. Quase sempre, por analogia, somos levados a identificar esta gente com Deus.

Assim é com o patrão que exorta os servos a deixar que joio e trigo cresçam juntos até à hora da ceifa (13,24-30); o rei que perdoa ao servo devedor e impiedoso (18,23-35); o dono da vinha que contrata os bóias-frias (20,1-16); o dono da vinha e os vinhateiros infiéis (21,33-44); o rei que organiza o banquete nupcial do filho (22,1-10); o senhor com o mordomo e os criados (24,45-51); o homem que entrega os talentos aos servos (25,14-30).

Numa realidade como a nossa, marcada pela violência do latifúndio e pela luta pela terra, várias vezes me perguntei o porquê desta opção. Como trabalhar estas páginas com um grupo de sem-terra? Como descobrir uma boa-nova em textos onde se fala – e até bem – da atitude do “dono”, mas nunca se põe em discussão o fato que seja dono?

Basta contentar-se com um patrão bondoso que paga a todos a mesma diária, quando nós queremos a terra repartida entre todos e o fim do latifúndio?

Como agente da Comissão Pastoral da Terra, muitas vezes me senti desafiado por estas páginas e, confesso, na maioria dos casos, as deixei de lado. Preferi falar do semeador que encontra pouca terra boa para jogar sua semente, do que do dono da vinha e seus administradores que lhe sonegam a renda. Preferi falar dos pescadores que puxam suas redes do que do patrão que manda chamar trabalhadores a todas as horas.

Não sei se a minha é uma opção ideológico-classista ou se é fruto dos conhecimentos históricos que me testemunham que justamente o latifúndio escravagista romano era a causa de tanto desemprego e miséria no meio do povo.

Trata-se, de certa maneira, da mesma dificuldade que encontro ao falar das alegorias machistas dos profetas onde Deus é sempre o homem que faz com a mulher o que bem entende, sobretudo porque é sempre ela que trai e abandona.

Ao preparar este número de Estudos Bíblicos sobre os grandes projetos, aceitei, mais uma vez, o desafio de trabalhar estes textos. Não sei onde vou chegar.

A realidade de uma comunidade

Será sempre difícil identificar, sem nenhuma dúvida, a comunidade que produziu um texto bíblico e a época em que foi produzido, sobretudo se levarmos em conta a

metodologia da redação comunitária e o processo físico da reprodução do texto que deixava ao “copista” e às comunidades uma autonomia hoje impensável. Acréscimos, glosas, camadas redacionais sempre perturbaram os exegetas.

Todo texto, porém, sempre, acaba deixando transparecer algo da realidade do ambiente e das pessoas que o produziram.

As parábolas de Mateus que listamos acima não fogem desta realidade. Nelas transparecem com evidência as relações de trabalho e de posse dos meios de produção.

Se olharmos pelo ângulo econômico, podemos concluir que a realidade de Mateus reflete três situações em relação à terra:

a) *O pequeno proprietário*. Ele é “o semeador” (13,3) que possui um campo tão pequeno que sua semente, ao ser jogada, cai facilmente fora da terra boa. É o “homem”, o fulano não melhor identificado que põe na terra uma semente de mostarda (13,31) ou que vende o que tem para adquirir o campo onde achou um tesouro escondido (13,44). É, também, o “homem” nos montes que possui 100 ovelhas e não se conforma em perder nenhuma (18,12). Estes homens trabalham diretamente suas terras ou com sua família (21,28-31)¹

b) *O chefe da casa*. Seria melhor chamá-lo de patrão (*oikodespotes*) (13,27; 20,1.11; 21,33; 24,43.45). Seus campos e, sobretudo, suas vinhas são grandes. Eles têm escravos que trabalham em suas propriedades e, às vezes, precisam recorrer à mão-de-obra extra encontrada entre desempregados que são contratados como diaristas. Em alguns casos eles arrendam suas terras aos agricultores e depois cobram sua parte nos frutos. Estes patrões administram seus bens diretamente ou através de encarregados e são chamados de “senhores”. Suas “casas” são cobiçadas pelos ladrões e, quando se ausentam, entregam seus bens aos cuidados de escravos de confiança; confiança nem sempre bem correspondida.

c) *Os reis* (18,23; 22,1; 25,14 – deste último não se diz que é rei, mas deve ser, pois pode juntar um exército). Estes vivem do sistema tributarista. São possuidores de imensas riquezas que são medidas em talentos. Cobram sua parte com rigor e determinação. Recompensam os súditos fiéis e punem sem piedade os infiéis que não pagam o fruto devido ou que querem se apoderar de seus bens.

Esta realidade socioeconômica podíamos encontrá-la em quase todas as regiões da Ásia Menor do século I, sobretudo nas áreas produtivas das planícies mais férteis, propícias para a implantação de grandes propriedades e do sistema escravagista próprio do império greco-romano.

O norte da Galiléia ou a região de Antioquia podem servir muito bem. Os exegetas costumam situar nestas regiões a comunidade que produziu o texto de Mateus. Concordamos.

1. O “homem”, porém, como na parábola dos talentos, pode, também, indicar um senhor rico que tem bens e servos (25,14)

Desemprego, fome, enfermidades crônicas e violência devem ter sido os subprodutos desta realidade social.

Uma chave de leitura

Chamou-me a atenção um refrão, quase exclusivo de Mateus e que se repete, periodicamente, em algumas destas parábolas: “jogar nas trevas, lá haverá choro e ranger de dentes” (13,42.50; 22,13; 24,51; 25,30).

É para lá que terão que ir os escândalos e os operadores de iniquidade, os maus, o homem que não trazia a veste nupcial, o servo mau que espanca seus companheiros e aquele que escondeu o talento recebido.

Esta frase está amarrada diretamente à “*consumação dos séculos*” (13,39.49). Marca uma forte tensão escatológica presente na comunidade e, ao mesmo tempo, marca uma dinâmica para o tempo presente.

A prática do hoje é determinada pelo desfecho do amanhã.

Divisão, distinção, separação entre justos e injustos, entre bons e maus, só acontecerá no fim dos tempos. Somente os “anjos” poderão jogar alguém nas trevas, onde haverá choro e ranger de dentes.

Hoje não. Este tempo não é lugar de separação ou de divisão. Hoje é o tempo em que “o Pai do céu faz resplandecer o seu sol sobre os maus e os bons, e vir chuvas sobre justos e injustos” (5,45).

A tensão entre o hoje e o amanhã é evidente na comunidade de Mateus. Assim como evidente é a tentação de identificar a comunidade com o Reino, encurtando os tempos, apressando julgamentos, criando um reservatório de puros e eleitos em confrontação com as iniquidades do mundo.

A clareza escatológica de Mateus põe por terra qualquer pretensão apocalíptica.

Não basta que as comunidades juntem os bons, os justos, preocupados em observar todos os preceitos da lei. Não basta constituir um grupo de eleitos que, separados dos iníquos, ficam esperando pela vinda do Reino que lhe será entregue como prêmio de sua pureza.

A dinâmica da tolerância escatológica deve substituir a dinâmica da pureza apocalíptica.

Esta dinâmica de tolerância marca as parábolas que estamos trabalhando. “Muitos virão do Oriente e do Ocidente e sentarão à mesa com Abraão, Isaque e Jacó no Reino dos Céus. Ao passo que os filhos do reino serão lançados fora, nas trevas; ali haverá choro e ranger de dentes” (8,11-12).

A dinâmica do reino

Se olharmos a partir dos sujeitos acima listados, veremos como Mateus trabalha três dimensões decisivas para sua comunidade:

a) A "pessoa" e a dimensão missionária

Trata-se do "fulano/a" que exerce seu trabalho tendo como referencial de suas opções: "buscar em primeiro lugar o Reino de Deus e sua justiça" (6,33).

É o semeador que não escolhe o lugar onde jogar a "palavra do reino". Simplesmente a semeia. Só o futuro poderá dizer qual a terra boa.

É o grão de mostarda colocado na terra pelo camponês, é o fermento colocado na massa pela mulher, é o tesouro escondido no campo, é a pedra preciosa negociada pelo comerciante.

São os pescadores que não escolhem quais os peixes que devem entrar na rede.

É o pastor que não quer perder nenhuma de suas ovelhas e sai à procura da mesma...

São os filhos do Reino, a boa semente (13,38): são os "pobres no Espírito" que, orientados pelas bem-aventuranças, buscam a justiça, são perseguidos, seguem a Jesus e, buscando a perfeição do Pai, que está nos céus, não se vingam, perdoam e amam a todos.

São eles, os benditos do Pai, que, amanhã, entrarão no Reino, não por ter proclamado o nome do Senhor, não por ter feito milagres, não por ter profetizado nem por ter expulsado demônios no nome de Jesus, pois tudo isso, também, pode ser iniquidade (7,21-23).

Eles entrarão por ter feito a vontade do Pai: por ter consolado os que choram, por ter saciado a fome de justiça dos oprimidos, por ter dado pão, água, roupa, casa, amizade e solidariedade a um só entre os mais pequeninos (25,40).

Deles "é" o reino: para eles foi preparado desde a fundação do mundo, nele entrarão na consumação dos séculos.

b) O "chefe da casa" e a dimensão comunitária

Trata-se do chefe da casa/*oikodespotes* que tem terras, campos, vinhas, casas e servos. Ele aparece como sujeito nas parábolas do joio e do trigo (13,24-30), dos trabalhadores da última hora (20,1-16), dos vinhateiros infieis (21,33-41) e do mordomo (24,34-51).

O que está em destaque aqui é a vida interna das comunidades, são as relações dentro de nossa casa, cujo único chefe é o Senhor e nós todos somos servos.

"Vós não sereis chamados de mestres, porque um só é vosso mestre, e vós todos sois irmãos. A ninguém sobre a terra chameis de vosso pai; porque um só é vosso pai, aquele que está no céu. Nem sereis chamados guias, porque um só é vosso guia, o Cristo" (23,8-10).

Nestas parábolas a atitude tomada pelo *oikodespotes* é normativa para a casa toda, para todos os servos.

Trata-se de páginas próprias de Mateus cuja comunidade deve ser marcada pela tolerância², pela igualdade e pela solidariedade.

A tolerância nasce da necessária *convivência de bons e maus*. Arrancar o joio do nosso campo pode prejudicar o trigo: os dois devem crescer juntos. Isto vale sobretudo se levamos em conta que nós, também, somos mistura de joio e trigo. Somente os anjos do Senhor saberão distinguir e dividir.

Valorizar a necessidade das pessoas acima da produção do campo é a segunda característica e o fundamento da igualdade entre nós. Esta deve ser a atitude do *epitropos*/superintendente que tem a responsabilidade de manifestar a todos o quanto o senhor é bom. Como não se deve distinguir entre bons e maus, assim não se deve fazer separação entre últimos e primeiros.

A solidariedade entre os servos. A primeira preocupação do servo que foi "constituído sobre os que estão na casa" não deve ser com os bens e as riquezas da casa mas com a comida dos demais servos. Este é o sinal de fidelidade e prudência que faz do servo um bem-aventurado. Espancar os outros servos, comer e beber até ficar bêbado será punido com choro e ranger de dentes.

Estas atitudes poderiam ser resumidas numa palavra que, em Mateus, vem aos poucos adquirindo uma importância sempre maior: *perdão*.

O capítulo 18 relata o terceiro "discurso" de Jesus. É o discurso central do Evangelho que serve de dobradiça entre a conclusão do ministério da Galiléia e o início do caminho rumo a Jerusalém.

Aqui Mateus nos apresenta a construção da vida comunitária: é a proposta da *ecclesia*.

Esta página se abre com a pergunta mais anticlerical que possa ser feita pelos discípulos: quem é o maior no reino dos céus?

A resposta de Jesus vem em sua visualização mais concreta. O grupo é obrigado a reunir-se ao redor de uma criança, a olhar para esta criança que está no meio, a tomá-la como exemplo, como parâmetro.

O centro mais importante da comunidade é a criança, é o pequeno, o mais fraco, o mais insignificante. Este é o rumo para todos os discípulos. Cada discípulo deve se "fazer pequeno" (o verbo *tapeinoo* indica rebaixamento, humilhação, pequenez) para entrar no reino.

A porta de entrada no reino é o pequeno, é fazer-se pequeno.

O pequenino, o *mícron*, é o referencial da comunidade. Ele não deve ser escandalizado (18,6), não pode ser desprezado (18,10) e, sobretudo, não pode ser perdido (18,14), nem mesmo um deles. Esta é a vontade do Pai.

2. Só a parábola dos vinhateiros, tirada de Marcos, foge um pouco desta lógica para assumir uma mais forte perspectiva escatológica. A parábola do mordomo é comum a Lucas.

Perder um pequeno é perder o rumo, e perder a porta de entrada no reino, é perder-se a si mesmo.

Neste contexto Mateus relembra duas parábolas.

Na primeira, o protagonista é um pastor que deixa as 99 ovelhas nos montes para ir atrás da ovelha perdida, cujo reencontro é ocasião de festa e de alegria.

Na segunda, o protagonista é um rei, pródigo no perdão mas impiedoso quando o servo perdoado não sabe perdoar seu com-servo.

Para Mateus a teologia da retribuição – tão cara aos sacerdotes do segundo templo e à apocalíptica farisaica – só funciona nas relações de perdão entre os pequeninos. Quem não perdoa não será perdoado, quem julga será julgado, quem mede será medido...

A teologia da retribuição se desmancha diante da proposta da gratuidade e do perdão.

O perdão é a atitude de quem se faz pequenino e de quem, ao mesmo tempo, põe os pequeninos no centro de suas opções. Setenta vezes sete. Sempre.

A *ecclesia* é confrontada com esta realidade. Não por acaso é Pedro que levanta o questionamento: Quantas vezes?

É a mesma *ecclesia* diante da qual deve ser levado o irmão que não te escuta nem escuta os demais amigos. “Se não ouvir também a *ecclesia*, então seja para ti como um pagão ou um publicano” (18,17).

Quantas vezes este texto serviu para legitimar excomunhões e expulsões? A justificativa era imediatamente encontrada: não é a Igreja que expulsa ou excomunga ninguém; a Igreja só faz ratificar uma saída já consumada por aquele que se obstinou a permanecer no pecado!

Será que podemos ficar satisfeitos com esta atitude da Igreja? Isto é ser *ecclesia*?

Estamos em Cafarnaum, justamente a cidade onde o centurião pagão foi colocado como exemplo aos filhos do reino (8,5-13). Foi neste momento que Jesus pela primeira vez usou a expressão *trevas, choro e ranger de dentes*, para indicar o destino dos filhos do reino que não acreditam.

É a mesma Cafarnaum onde o publicano Mateus experimentou na pele a atitude diferente de Jesus que o chamava a segui-lo, escandalizando fariseus (9,9-13). “Misericórdia quero e não holocaustos: pois não vim chamar os justos e sim os pecadores” (9,13).

Assim terminava a memória da vocação de Mateus. Como pensar que pagãos e publicanos devem ser expulsos da *ecclesia*?

Não podemos desligar ninguém. Nem o céu vai saber religá-lo!

Todas as vezes que uma ovelha se perde, sabemos o que devemos fazer. E se não estamos conseguindo nada com nossas conversas e reuniões, ainda nos sobra a oração.

Ainda podemos ficar de joelhos, sabendo que o Pai ouviu os filhos que se unem para suplicar.

Por isso, Pedro, o perdão é nossa atitude de sempre e para sempre; setenta vezes sete!

c) O rei e a dimensão escatológica

A parábola do rei que perdoa as imensas dívidas do servo (18,23-35) fecha a primeira parte do Evangelho. Logo em seguida, Mateus nos convidará a acompanhar os passos de Jesus rumo a Jerusalém e nos fará contemplar até que ponto pode chegar o amor do Pai, o amor deste rei que sempre sabe nos perdoar.

É assim que a comunidade de Mateus descobre que o perdão não é a atitude superior de quem não pecou e magnanimamente sabe compreender e relevar os erros dos outros. O perdão e a tolerância não são fruto de uma disposição de ânimo dos justos e dos bons. A tolerância está baseada na necessidade recíproca do perdão. Eu preciso perdoar porque eu preciso ser perdoado.

Eis por que a opção pelo perdão não se esgota numa atitude psicológica: naquilo que eu sinto ou deixo de sentir. Perdão é uma opção de fé. Eu não posso, em hipótese alguma, deixar que se quebre a corrente que une os pequeninos ao redor dos pequeninos.

Esta é a dinâmica do presente que estamos vivendo e construindo.

Nisso e por isso seremos julgados no fim da história, quando o presente será definitivo.

Quem não perdoa não poderá ser perdoado e terá que pagar tudo o que deve ao rei.

As outras duas parábolas em que o rei é o protagonista podem – e, me parece, devem – ser lidas na perspectiva escatológica do Reino dos céus.

Os textos do banquete nupcial (22,1-14) e da prestação de contas dos talentos recebidos (25,14-30) – sem esquecer, obviamente, o esposo esperado (25,1-13) –, todos eles narrados no contexto do julgamento de Jerusalém³, voltam a trabalhar a dimensão escatológica que já encontramos presente em algumas parábolas onde o sujeito era o “chefe da casa” (13,30; 21,41 e 24,51).

A ira do rei que extermina os primeiros convidados ao banquete ou os primeiros arrendatários de sua vinha (22,7; 21,41) é o sinal de uma história concluída.

3. Em outro texto, publicado em Estudos Bíblicos, apresentei mais uma chave de leitura do Evangelho de Mateus, a partir da destruição de Jerusalém e do que isso pode ter significado para sua comunidade. Todo o Evangelho pode ser lido como um grande julgamento a Jerusalém na sua realidade de poder dominador. Parece-me importante manter esta chave de leitura para compreender Mateus e sua tensão e interação permanentemente dinâmica entre o escatológico e o cotidiano, entre o “já” e o “ainda não”, entre a casa de hoje e o banquete de amanhã.

Começou a se concluir, se assim podemos dizer, com a destruição de Jerusalém por parte das legiões de Tito. Este foi o primeiro julgamento realizado. A partir daí, estamos caminhando no rumo do segundo e definitivo julgamento.

Talvez ironicamente, Mateus conclui dizendo que os muitos chamados são substituídos pelos poucos escolhidos (22,14). No fim, todos são chamados. Todos, bons e maus – repete uma vez mais este evangelho em sua típica tolerância. Todos. Até que a sala do banquete fique repleta (22,10).

Mas nem por isso todos vão poder comer. Pode ser que alguém ainda tenha que ser jogado fora. Não mais por causa de uma “eleição” privilegiada operada pelo rei ou pelos seus servos, mas por causa de uma roupa nupcial que deixou de ser vestida.

Entrar na sala não basta. É preciso aderir às núpcias, é preciso aceitar a lógica do reino. É preciso que saibamos “vigiar” (24,42.43; 25,13), tomar conta da casa, dando de comer aos servos, sem deixar que o azeite das nossas lâmpadas acabe, sem enterrar o talento recebido.

Somente assim o chefe da casa nos entregará todos os seus bens; entraremos com o esposo para as bodas; seremos convidados a “entrar na alegria do teu Senhor” (25,21.23).

Caso contrário, nosso destino final será ficar fora, nas trevas, onde há choro e ranger de dentes.

“Constituir sobre todos os bens”, “entrar na alegria do teu Senhor”, são expressões que nos relembram o recado do Rei aos “benditos do meu Pai”: “Vinde! Entrai na posse do Reino que está preparado para vós desde a fundação do mundo” (25,34).

É assim que esta página claramente escatológica nos devolve para a cotidianidade de nossa história presente ao nos explicar finalmente o porquê desta felicidade alcançada.

Na casa, nas bodas, no reino vai entrar quem tiver se solidarizado com um destes “meus irmãos mais pequeninos”.

“A mim o fizestes.” O rei, que no futuro vai voltar e sentar no trono para julgar, está hoje no meio de nós identificado num dos irmãos mais pequeninos.

Não só o pequenino tem que estar no meio, não só nós temos que nos tornar como um pequenino. Ele é o pequenino que ficará conosco até o fim dos séculos (28,20).

O messias todo-poderoso é o pobre, é o Cristo. Não há diferença entre estas realidades.

Este é o Evangelho a ser anunciado em todas as nações; os seguidores deste evangelho serão os discípulos reunidos e batizados em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Este é o critério permanente pelo qual estaremos sendo julgados, nós e nossas comunidades.

Estamos de volta às bem-aventuranças. O anúncio da comunidade de Mateus se fecha e, de uma certa forma, reinicia numa dinâmica permanente que nos acompanhará ao longo da história, da nossa história, também: “Bem-aventurados os pobres no Espírito, porque deles é o Reino dos céus... Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino do céus” (5,3-10).

Os impérios, o latifúndio escravista, a concentração de riquezas e de terras na mão do grande capital, os grandes projetos na Amazônia, sempre vão esbarrar com estes pequeninos que, pobres e movidos pelo Espírito, buscarão a justiça do reino e, mesmo perseguidos, teimarão em crer que deles é o reino.

Nada vai impedir que este reino um dia nasça. Não vão ser os grandes e os poderosos que vão impedir.

Só não nasce se nós, os pequeninos, o abortarmos.

Sandro Gallazzi
Caixa postal 12
Macapá – AP
68906-970
cptap@zaz.com.br